



Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

ATA DA SESSÃO N.º 21
Sessão Ordinária de 09/12/2024

Aos nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas 21:00 horas, nesta Vila de Alhos Vedros, no edifício da Junta de Freguesia, no Largo da Graça, reuniu-se em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia, para a sua 21^a sessão, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 – Renúncia de Mandato na Assembleia de Freguesia
- 2- Grandes Opções do Plano e Orçamento 2025
- 3 – Mapa de Pessoal
- 4 – Regulamento e Tabela de Taxas para 2025
- 5 - Discussão dos Atos da Junta

Estiveram ausentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros:

-
-

Estiveram presentes os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros:

- Artur Varandas
- Maria João Fatia
- José Ferreira
- Paula Amorim
- Carlos Dias

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros deu início à realização da Assembleia de Freguesia.

No período antes da Ordem do Dia há três atas para serem discutidas e postas a aprovação, que foram enviadas aos membros da Assembleia de Freguesia com as alterações efetuadas pela Sra. Paula Diogo.

Ata nº 16 de 11/12/2023

Não havendo intervenções, a ata foi aprovada por unanimidade, sem os votos dos membros Belmira Marques, Rita Perpétua, João Viegas e Isabel Fernandes.

Ata nº 17 de 21/12/2023

Não havendo intervenções, a ata foi aprovada por unanimidade, sem os votos dos membros Belmira Marques, Rita Perpétua, João Viegas e Isabel Fernandes.

Ata nº 18 de 17/04/2024

Não havendo intervenções, a ata foi aprovada por unanimidade, sem os votos dos membros Belmira Marques, Rita Perpétua, João Viegas e Isabel Fernandes.

Seguidamente foi lida pelo membro Rita Perpétua, da bancada do PS, uma Recomendação “Promoção e Apoio ao Comércio Local e Tradicional de Alhos Vedros” (anexa à ata).

Não havendo intervenções, a Recomendação foi aprovada por maioria com a abstenção do membro independente Rosa Paula Marques.

A Presidente da Mesa continuando no período antes da Ordem do Dia pergunta ao público presente se pretende falar.

Sr. Paulo Gonçalves

O assunto é sobre o Bairro José Ferro, é o ex-presidente da comissão de moradores e acontece que têm no bairro duas ruas, a Gago Coutinho e a Sacadura Cabral, com quase 1 km, onde não há limite de velocidade. Já mandou algumas cartas à Câmara, já tentou falar deste assunto com a Câmara e o que pretendem é que se fizesse algo para cortar a velocidade, porque os carros passam ali com alguma velocidade, já tem morrido alguns animais. Já houve alguns acidentes e o que pretendem é que se faça algo para cortar a velocidade, desde mudar a sinalização ou fazer umas lombas por exemplo. Também existe no cruzamento da Rua da Vitória e a Rua do Loureiro com a Rua Sacadura Cabral, existe um dreno de águas para passar de um lado para o outro, por dentro de uma caleira que tem uma parte em ferro por cima e os Senhores da Câmara quando lá vão levantar para limpar têm que dessoldar aquilo fazer a limpeza daquela vala. Portanto do lado lá da rua para a outra está sempre com água parada porque aquilo está fundo e com ervas. O que pretendiam, se houvesse possibilidade, era anular aquelas grelhas porque aquilo com os carros a passarem de noite não deixa ninguém dormir. Propõe uma visita ao local com alguém da Junta para poder explicar as situações. Outra situação é o dreno das águas do Bairro, há uma vala que é uma vala de partilha que todos os anos a Câmara umas vezes limpa outras vezes não, outras vezes são os moradores e agora no Inverno, solicitam que a Câmara, pelo menos duas vezes por ano, fosse lá limpar, porque crescem ervas e faz com que apareçam todo o tipo de bicharada. Outra situação é que existe na Rua Gago Coutinho com a Rua da Escola Primária foi criada ali uma passagem que é utilizada por muitas pessoas que passam à noite, porque é um caminho mais

perto para chegar às suas casas, o que acontece é que tem muitas canas, torna-se um sítio um bocado escuro. Aquilo é um terreno privado, mas os donos do terreno devem ter vedado aquilo já para deixar a Câmara limpar.

Sr. João Henriques

Refere que esteve algum tempo ausente o que lhe permitiu refletir e ao final de 3 anos de mandato desta Assembleia tem observado que há falta de civismo, as pessoas têm que ter respeito umas pelas outras.

Pergunta porque a Fonte da Prata não teve iluminação de Natal, parece que o Executivo não gosta desta zona. Outra questão é sobre um buraco que está junto à estação da CP há mais de 4 meses e que ainda não foi arranjado, apesar de já ter informado a Junta por email.

Sra. Helena Pereira

Questiona o Sr. Presidente, que disse na última Assembleia que o Coreto é património desta Freguesia, assim como é que este Executivo do PS está a utilizar o nosso Coreto para propaganda política com um placard agarrado à vedação do mesmo. Esta atitude não dignifica nada o património da nossa Freguesia, é um mau exemplo. Em relação à higiene urbana, sabe que vieram duas funcionárias para o Bairro Gouveia, Vila Rosa e Vila Verde, agradece que o Sr. Presidente diga junto da Câmara Municipal da Moita que também existe as Arroteias e que as ruas estão cheias de lixo. O PS prometeu mundos e fundos à população, entre eles o alcatroamento de ruas. Já passaram 3 anos de mandato e não viu nenhuma rua alcatroada nas Arroteias a não ser o bocado da Rua Padre António Vieira, por isso gostava de saber qual é o plano de alcatroamento das ruas das Arroteias. Por último, quantos Médicos do protocolo bata Branca já chegaram ao nosso Centro de Saúde. É uma pergunta que já fez por várias vezes e não obteve uma resposta concreta.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Em resposta ao Sr. Paulo Gonçalves também já constatou que existe de facto alguma necessidade de análise técnica por parte da Câmara em relação ao trânsito naquelas ruas. Acha que as pessoas deviam, por uma questão de civismo e sentido de responsabilidade, reduzir ali mais a velocidade, é uma zona habitacional e é nesse sentido que as lombas aparecem para melhorar o trânsito e a velocidade em determinados locais.

Em relação às águas da vala, faz questão de ir lá visitar. Estes temas são da responsabilidade da Câmara Municipal, a Junta de Freguesia não tem competências nessas áreas, mas faz questão de ir ao local ver e transmitir a quem de direito.

Em relação ao Sr. João Henriques partilham a mesma opinião. Tem que se dignificar os órgãos, os eleitos e as pessoas respeitarem-se uns aos outros. Em relação à iluminação de Natal no Bairro da Quinta da Fonte da Prata, não acha que a Fonte da Prata seja “o patinho feio” da Freguesia, acha que o Bairro tem necessidades e carências específicas, algumas delas inclusivamente já têm conseguido mitigar. Querem fazer mais coisas na Fonte da Prata, isso já foi falado na última Assembleia e querem retomar trabalhos que têm em mente, inclusive naqueles seis pátios. Existe lá várias coisas que a Junta de Freguesia pode fazer, no entanto, não podemos esquecer tudo aquilo que já foi feito. A escola da Fonte da Prata beneficiou de 14 ares condicionados em todas as salas de aula. Neste mandato foi a escola que em termos de climatização beneficiou de mais investimento. Querem também corrigir os equipamentos que existem que estão com um nível de degradação elevado e para o ano têm isso exatamente nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento que vamos tratar a seguir. Em relação à iluminação em concreto, a Freguesia de Alhos Vedro é a Freguesia que tem um orçamento mais pequeno. O ano passado colocou-se iluminação

de Natal em mais três ou quatro locais que não tinham, Barra Cheia, Arroteias, Bairro Gouveia e na rotunda do Bairro Gouveia. Este ano pôs-se iluminação de Natal nos monumentos históricos, no Coreto, na Capela da Misericórdia, no Pelourinho e na Igreja Matriz. Além do que era feito nos anos anteriores este ano vão investir mais dinheiro em iluminação de Natal, portanto acha que isto tem sido progressivo, todos os anos têm criado condições para existir iluminação em mais locais.

Em relação aos buracos na estação do Comboio, sabe bem o que está a acontecer, sabe que a Câmara fez uma intervenção para ampliar a capacidade das águas pluviais. Antigamente existiam inundações recorrentes em frente à estação, agora como resultado da intervenção não houve inundação. Tem havido também outro tipo de intervenções para colocação de infraestruturas, tanto de um lado da estação como do outro e é natural que os calçamentos ainda não estejam concluídos. São empresas que estão a trabalhar para a Câmara, portanto nada tem a ver com a Junta de Freguesia.

Respondendo à Sra. Helena Pereira e em relação ao placard do Coreto, a Junta tem placards espalhados por toda a Freguesia. Têm o direito enquanto Autarquia de publicitar os trabalhos da Autarquia, os eventos da Autarquia, organizados ou em parceria. Não tem nada a ver com propaganda política, não está lá o símbolo de um Partido, só o símbolo da Junta de Freguesia. Em relação à limpeza nas Arroteias, anda quase todos os dias pela Freguesia e aquilo que constata que não está bem, a Junta faz uma intervenção, ou então reporta a quem de direito. Isto é gestão corrente, compete à Câmara não compete à Junta, mas compete à Junta reportar situações que constata que não estão nas melhores condições.

Em relação à repavimentação das Arroteias, desde o início do mandato que pedem à Câmara que conclua a repavimentação da Rua Padre António Vieira. Mais, no mandato anterior, no fim do mandato, foi aprovado um empréstimo na Câmara Municipal da Moita num plano de repavimentação municipal, de quase 2 milhões de euros em que os Alhosverdenses vão pagar proporcionalmente. No plano constava a repavimentação de 35 ruas e arruamentos. Em Alhos Vedros foram duas, a Rua Duarte Pacheco, que vai da Estrada Nacional até à creche o Charlot que são 300 m e a Rua Padre António Vieira em 150 metros. Neste mandato tem-se feito algumas repavimentações, até estradas novas. Algumas até que diziam não ser possível.

Em relação ao protocolo Bata Branca não é executado pela Junta de Freguesia. Sabe que o foi assinado parcialmente. A informação que tem, apesar disso, é que o nosso Centro de Saúde é dos que está a funcionar melhor, neste momento, no nosso Concelho. Volta a frisar que o protocolo não foi subscrito pela Junta de Freguesia, não é interveniente. As entidades intervenientes são o Ulsar e a União das Misericórdias e os executantes são o Centro de Saúde de Alhos Vedros e a Santa Casa de Misericórdia do Barreiro.

Paula Diogo – Merecemos + (M+)

Em relação à intervenção do Sr. Paulo Gonçalves só referir que tomou nota dos problemas que apresentou e que se irá interessar de ir ao local ver. Em relação à intervenção do Sr. João Henriques e sobre iluminação de Natal, também acha que a iluminação de Natal devia haver mais cuidado porque o Natal é magia para as crianças em primeiro lugar, não é para os adultos, de facto acha que devia, junto à saída das escolas do primeiro ciclo, devia haver apontamentos do Natal não era necessário ser iluminação até porque as crianças algumas têm a possibilidade de sair ainda de dia da escola, nem que houvesse um pai Natal, houvesse apontamentos alusivos ao Natal. Sabe que o dinheiro não chega para tudo mas devemos ter em conta que o Natal é sobretudo para as crianças. Acha bem a iluminação nos monumentos históricos porque de facto realça os mesmos. Em relação à intervenção da Sra. Helena Pereira não acredita que fique feliz do protocolo Bata Branca ainda não estar implementado, simplesmente é uma questão ideológica. Para a Sra. Helena Pereira o Estado é que é responsável por pôr os Centros de Saúde a funcionar

e que todos os cidadãos têm que ter direito. Já todos aqui falámos na perspetiva que cada um de nós tem em relação a isso. Pessoalmente também está de acordo que o Sistema Nacional de Saúde tem que funcionar, que o Estado é responsável por esse funcionamento, mas está muito mais de acordo que tentemos minimizar os problemas, seja com a Bata Branca ou com outro tipo de contratações. A questão das teleconsultas no Centro de Saúde também acha que é uma modalidade interessante para adotarmos.

Jorge Marques – CDU (Coligação Democrática Unitária)

Pede desculpa por ter interrompido o Sr. Presidente enquanto este falava, mas continua a dizer que a Rua Dadrá não foi alcatroada, foram colocadas misturas betuminosas de alcatrão e produtos de alcatrão, que por lei é ilegal, são resíduos perigosos. Pergunta, mais uma vez, se foram tidas em consideração a utilização desses resíduos, se foi feito todo o controle do solo.

Cândido Pereira – PS (Partido Socialista)

Refere que foram feitas queixas em relação a alguns dos assuntos e não pode deixar de dizer que uma das situações que faz um bocado de confusão tem a ver com as Arroteias. De facto, a estrada principal daquela zona não está em bom estado, mas não estava há 4 nem há cinco anos. Foi referido que houve um empréstimo para alcatroas vias e infelizmente Alhos Vedros só foi contemplada com duas. As Arroteias mereciam mais atenção por parte das entidades que gerem o Concelho, tanto antes como agora.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Concorda também que o Estado deveria criar as melhores condições para as pessoas terem acesso aos Serviços de Saúde, com os Profissionais de Saúde necessários colocados nos Centros de Saúde e todos terem melhores serviços médicos possíveis, mas nós, País, não temos capacidade e havendo essa necessidade não vê problema nenhum em outros setores, neste caso, o setor social colaborar com o Centro de Saúde quando já o faz noutros locais. Acha que é bom para todos.

Em relação à Rua Dadrá, durante anos aquela rua sempre foi de areia, as pessoas queixavam-se do pó, queixavam-se dos buracos no Inverno, etc., neste momento está muito melhor independentemente de tudo o que venha a ser dito e que venha a ser aqui alegado, está muito melhor do que estava anteriormente, houve uma melhoria significativa no piso.

ORDEM DO DIA

1 – Renúncia de Mandato na Assembleia de Freguesia

A Senhora Presidente da Mesa apresentou dois pedidos de renúncia de Mandatos:

- da bancada do Chega, o membro independente Pedro Galha (previamente anunciado na Assembleia anterior)
- posteriormente à convocatória desta Assembleia, da bancada do Partido Socialista, o membro Ana Mafalda Campos (suspensa de mandato por um ano)

Assim, foram chamados a constituir esta Assembleia os seguintes membros:

- Isabel Rosário Araújo Beato Santos T. F. Fernandes – bancada do Chega
- João Filipe Marques Viegas – bancada do Partido Socialista

Rosa Paula Marques - Independente

Em relação ao pedido de renúncia do membro Ana Mafalda Campos, foi dado conhecimento aos membros da Assembleia via email, no entanto, é um papel que não está assinado. Assim poderá este pedido ter sido feito por ela ou não. Todos os pedidos de renúncia nesta Assembleia foram devidamente assinados pelos próprios. Também, é de lamentar, que este membro, aquando da suspensão de mandato, nunca tenha apresentado um atestado médico a comprovar a sua doença, é no mínimo falta de ética.

Rui Guerra - CDU

Reforça a opinião do membro anterior que falou, também acha que a renúncia de mandato deveria estar assinada.

Gabriela Filipe – Presidente da Mesa

Em resposta aos membros que intervieram, a primeira questão sobre a apresentação de atestado médico aquando da suspensão, foi bem explícita quando na altura aceitou o motivo dessa suspensão, além de que um atestado médico é confidencial e nunca os membros da Assembleia teriam acesso a ele. A segunda questão sobre a falta de assinatura, compromete-se a pedir à Sra. Ana Mafalda Campos para assinar e apresentará na próxima Assembleia.

Por lapso da Presidente da Mesa, não foram lidas duas declarações em defesa da honra, no período antes da Ordem do Dia. Assim, serão lidas nesta altura da Assembleia.

Foi lida pelo Presidente do Executivo, Artur Varandas, uma Declaração de Defesa da Honra, assinada pelo Executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros (anexa à ata).

Foi lida pela vogal do Executivo Paula Amorim, uma Declaração de Defesa da Honra, assinada por Paula Cristina Amorim, Vogal do Executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros (anexa à ata).

2 – Grandes Opções do Plano e Orçamento 2025

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Apresentou as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025, no projetor / tela.

(A intervenção completa do Sr. Presidente do Executivo, encontra-se gravada, para consulta)

No final da sua intervenção apelou ao bom senso de todos os membros na discussão do Orçamento.

Jorge Marques - CDU

Esclareceu o Sr. Presidente que a bancada de CDU o ano passado quando reprovou o orçamento não foi por questões técnicas, mas sim uma questão de opção política. Havia uma questão que era importante, queriam contratação não queriam trabalho precário. Na segunda vez apareceu uma questão técnica, foi feita uma revisão nos valores para a contratação e na Segurança Social os valores mantiveram-se.

Paula Diogo – M+

Mesmo sabendo que algumas das questões não serão da responsabilidade da Junta, no entanto gostaria de as colocar, nomeadamente sobre lote de terreno 112 sito no Bairro Gouveia para a construção de um núcleo cultural, qual é que é o ponto da situação, se já foi feita a candidatura para o financiamento. Relativamente ao projeto do Parque das Salinas pergunta se continua atrasado, porque parece um atraso um bocadinho grande. No dia 30 de maio de 2022 o Sr. Presidente da Câmara disse numa entrevista ao Setubalense que as zonas verdes pedonais, os campos de jogos, a zona infantil e o lago iriam ser requalificados num investimento que rondava os 600.000 €, passaram 2 anos e meio e apesar de ouvimos algumas o Sr. Presidente da Junta dizer que os trabalhos estavam atrasados, gostava que concretizasse um pouco mais, caso tenha conhecimento. Nessa mesma entrevista o Sr. Presidente da Câmara também referiu que já estava aprovado um projeto de intervenção na frente ribeirinha na área envolvente ao Bairro da Fonte da Prata e a essa já estavam na fase de lançamento do concurso para a elaboração do projeto, uma obra que estava estimada em 1,2 milhões de euros para requalificação do espaço público criando novas zonas de lazer e fruição e valorização paisagística da área, também gostava de saber em que ponto está esse megaprojeto caso haja conhecimento.

Em relação ao orçamento participativo de 2024, estamos quase no final do ano e o processo foi feito, gostaria de perguntar para quando somos convidados para a inauguração do projeto vencedor. Em relação à Assembleia de Freguesia Jovem considera que pelo nome que tem a organização deve ser feita noutros moldes, deve ser um projeto da responsabilidade da Assembleia de Freguesia e não da Junta de Freguesia e deveríamos criar um regulamento, criar uma comissão, mas gostava também de ouvir o que as outras bancadas pensam a esse respeito.

Relativamente às GOP qual é que é o ponto da situação dos procedimentos concursais de vínculos contratuais permanentes e tem uma dúvida na classificação económica, na pág. 55 “os estudos parceiros projetos e consultadoria de 8.000 €”, o ano passado também fez essa questão e o Sr. Presidente disse que tinha a ver com contratação de uma empresa para fazer os processos de recrutamento. Mantém-se a resposta?

Por último, na reunião do direito de oposição, apresentou uma proposta de a Junta de Freguesia participar a vacina Nimenrix, que tem um custo unitário de cerca de 45 €. Esta vacina não está no plano nacional de vacinação porque é uma vacina que previne a meningite, mas tem um espetro mais alargado. Na altura ficou com a ideia de que o Sr. Presidente tinha gostado bastante da ideia,

até inclusive começou a pensar na forma de implementação, de como é que se poderia fazer em articulação com o Centro de Saúde, mas aqui nas GOP não vê nada referido a esse respeito.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Em relação ao que o membro Jorge Marques disse, não vai tecer grandes comentários porque é óbvio, quando se vota contra um orçamento de uma Junta de Freguesia é sempre por uma questão política, não pensa que não haverá outro motivo. É um direito legítimo votar contra, abster-se ou votar a favor. Aliás esta questão do votar contra já foi aqui amplamente frisada na Assembleia anterior, quem vota contra vota contra tudo, mesmo concordando com algumas coisas. Isto é uma deliberação única, são dois documentos, Grandes Opções do Plano e Orçamento.

Em resposta ao membro Paula Diogo Paula, o lote 112 diligenciou junto da Câmara se nos podiam fazer o projeto, nunca foi respondido em concreto, mas depreende que não têm capacidade de pessoas para fazer o projeto. Neste momento já falou com uma pessoa para fazer o projeto, a outra rubrica dos 8.000 € tem a ver com isto, tem a ver com projetos. Neste momento não há nenhuma candidatura que nos permita viabilizar recursos financeiros. O Parque das Salinas foi tema em duas reuniões que teve a semana passada, o que dizem é que o projeto está disponível para ser visto e que será eventualmente para o ano. Apresentou uma proposta de nos delegarem a competência de requalificar a casa de sal, mas o Sr. Presidente da Câmara entende que pretende fazer uma requalificação integrada do espaço. Em relação à zona ribeirinha já viu um anteprojecto sobre essa requalificação, mas daí para cá não tem mais conhecimento. Questionou numa reunião que teve sobre esta situação e não foi respondido nada de concreto. Em relação ao parque canino a única coisa que falta é uma placa obrigatória por lei sobre a entidade responsável. Em relação à Assembleia de Freguesia jovem acha que se devia fazer novamente em 2025, mas compete aos membros da Assembleia.

Em relação vacinas diligenciou de imediato saber informações sobre o assunto e foi falha não constar nas GOP. Pode-se não conseguir atender a todas as necessidades da Freguesia, mas gostava de adquirir algumas vacinas para o Centro de Saúde poder ministrar. Já falou com o Dr. Bruno e com a Enf. Deolinda.

Em relação aos procedimentos concursais o ponto de situação é este: requisitaram. por lei têm que requisitar a um determinado Instituto a psicóloga para fazer os testes psicotécnicos. Essa entidade já respondeu que não têm capacidade de atender à solicitação e já pedimos à Câmara. A Psicóloga e a Diretora do departamento já disseram que, em princípio, porque nem todas as pessoas que fizeram os testes práticos passaram para a fase seguinte (as listas estão publicadas no expositor da Junta e no site) vão fazer os testes psicotécnicos na segunda quinzena de janeiro. Pensa que há ainda outra fase a seguir. Não pode dizer quando. Mas esse processo vai chegar até ao fim e depois quando for o mapa de pessoal iremos falar. Dos cinco postos de trabalho que estão abertos e possíveis de preencher, vão ser preenchidos quatro, portanto só ficamos com dois postos de trabalho por preencher, um de assistente operacional e outro de uma técnica superior que está aberto no quadro de pessoal.

Eli Rodrigues - CDU

Levanta algumas questões sobre alguns pontos das GOP, por exemplo: quando está escrito que vai haver a Bienal de pintura de pequeno formato, não deve ser para 2025, porque houve este ano; quando se escreve implementar o Prémio Literário, devia ser dar continuidade porque já foi implementado este ano; quando está escrito organizar 1/2 excursões, não são meias excursões, mas sim uma a duas excursões.

Por outro lado, depois de uma reunião de consenso sobre o painel de azulejos, este não vem mencionado nas GOP.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Admite todas as questões levantadas pelo membro Eli Rodrigues.

Em relação ao painel nós vamos receber as caixas com os 1600 azulejos no dia 11. As caixas dos azulejos tinham que ficar connosco, assim como ficou todo o material do Luís Guerreiro. Vão ser guardados nas oficinas que têm alarme. E porque é que isso não está aqui mencionado, porque quem vai concretizar, implementar é a Câmara. Não vai ser a Junta de Freguesia a pagar a instalação do painel e depois tem que se contratar uma pessoa, se calhar com algumas características e com experiência e com competências para instalar um painel daquela dimensão. O local onde foi determinado e bem numa reunião bastante proveitosa foi o local que enviou para a Câmara e que foi deliberado em ata, depois de validado pelo Executivo. Para ser instalado pode necessitar de um projeto ou de uma estrutura de projeto. Não sabemos e essa parte já é uma parte mais técnica que está nas mãos da Câmara.

Cândido Pereira - PS

Estas são as últimas GOP que são apresentadas por este Executivo, na altura própria serão julgados pela população. Apela, mais uma vez, no sentido que haja mais informação da parte da Câmara aos fregueses desta terra para prestar mais informações sobre os projectos que têm em mente, por exemplo, o Parque das Salinas, os esgotos (não há grande informação da parte da Câmara daquilo que já fez, se existem culpas de entidades terceiras ou não, quer sejam elas públicas ou privadas.

Em relação ao trabalho da Junta é o seguimento daquilo que tem sido feito ao longo destes três anos, existem pessoas que concordam, outras não, existem pessoas que, se calhar tinham outros objetivos. Acredita que a Junta irá fazer aquilo que pode fazer dentro das suas competências, como é evidente, com a verba que tem ao dispor. Continua a confiar que vai fazer as reivindicações que tem que fazer junto do Município.

Eli Rodrigues - CDU

Depois da apresentação, na Capela da Misericórdia, do livro que a Caravela d'Ideias editou, a CDU propõe, na próxima atribuição de nomes a uma rua da Freguesia, o nome de Elisabete Moura que foi no passado recente uma grande mulher na defesa da nossa Terra.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Em resposta ao membro Eli Rodrigues pensam nas próximas situações de atribuição de topónimos em 2025, o Executivo da Junta vai tentar prestar reconhecimento e tributo a mulheres de Alhos Vedros que tenham tido um papel relevante e determinante na Vila. Não mencionamos objetivamente ninguém, mas a própria Assembleia, em termos de regulamento de toponímia, pode fazer uma proposta assim como o Executivo.

Em relação ao Parque das Salinas é um parque que tem 24 anos, tem problemas graves e que precisa de uma reabilitação, precisa de um projeto para um conjunto de melhorias que deviam ser implementadas. Em relação aos esgotos, nunca se cansa nem vai nunca deixar de falar dos esgotos. Existe um processo-crime em investigação, não se pode falar muito sobre isso. Foi testemunhar e várias outras pessoas foram testemunhar no âmbito deste processo-crime. Não tem nada a ver com o dia a dia, com o trabalho que se pretende que seja executado neste mandato e que deveria ter sido executado em mandatos anteriores, para melhorar as condições do saneamento e as condições em relação à questão das águas residuais. Acha que tem sido feito algum trabalho pela Câmara. Já solicitou ao Sr. Presidente da Câmara um relatório sobre as intervenções que têm vindo a ser feitas de correção de irregularidades das ligações dos esgotos. Acha que há um problema em que a própria estação elevatória da Vinha das Pedras está subdimensionada não tem capacidade para o caudal que recebe.

Não havendo mais intervenções, as Grandes Opções do Plano e Orçamento 2025 foi posto à votação, sendo aprovado por maioria com 8 votos a favor e 5 abstenções da bancada da CDU e do membro independente Rosa Paula Marques.

Seguidamente foi lida por Eli Rodrigues, da bancada da CDU, uma Declaração Política (anexa à ata).

A seguir foi lida por Célia Penedo, da bancada do PS, uma Declaração de Voto (anexa à ata).

3 – Mapa de Pessoal

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Apresentou o Mapa de Pessoal conforme documentação que foi entregue aos membros da Assembleia de Freguesia, referindo que não pretendem e não solicitam nenhuma deliberação da alteração do mapa de pessoal. Assim que os procedimentos estiverem concluídos serão preenchidas as quatro vagas de assistentes operacionais mencionadas e abertas no mapa de pessoal.

Não havendo intervenções, o Mapa de Pessoal foi posto à votação, sendo aprovado por unanimidade.

Foi lida por Célia Penedo, da bancada do PS, uma Declaração de Voto (anexa à ata).

4 – Regulamento e Tabela de Taxas para 2025

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Apresentou o Regulamento e Tabela de Taxas para 2025, conforme documentação que foi entregue aos membros da Assembleia de Freguesia, referindo que a proposta que apresentam é para manter inalteradas o regulamento de tabelas e taxas para 2025, para ser deliberado a manutenção dos valores que vinham de 2000 e que estão a ser praticados em 2024.

Não havendo intervenções, o Regulamento e Tabela de Taxas para 2025 foi posto à votação, sendo aprovado por unanimidade.

5 – Discussão dos Atos da Junta

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Apresentou o Relatório de Atividades de outubro a dezembro de 2024, no televisor, conforme documentação que foi entregue aos membros da Assembleia de Freguesia.

Rosa Paula Marques – Independente

Relativamente ao vídeo do Comércio local que está na rede social Facebook da Junta de Freguesia, o vídeo só contempla meia dúzia de comerciantes. Além disso, até tem imagens de pessoas com máscara, não sabe se as imagens são mesmo de agora, se alguém estava doente ou

se são da altura da pandemia. Também pretende saber qual a entidade a que adjudicaram as lembranças de Natal que foram entregues às crianças dos Jardins de Infância e das Escolas. Quer destacar que a Junta de Freguesia da Moita encomendou as lembranças de Natal à Cercimb, ajudou a dar visibilidade a uma instituição de Alhos Vedros mostrando solidariedade de ambas as formas, ou seja, levou felicidade às crianças da Freguesia da Moita ajudando uma instituição da nossa Freguesia.

Em relação à inauguração do parque infantil dos Brejos Faria, é uma mais-valia para a Freguesia, mas é uma estratégia política de *show off*. Se verificarmos as fotos com atenção, o único arranjo é mesmo o parque, não há corte de ervas nem manutenção do espaço relvado na zona envolvente. As mesas das merendas e os bancos estão deteriorados, talvez passar um verniz para preservar não custava nada.

Rui Guerra - CDU

Questiona, se porventura, alguém sabe a razão por que o Prof. Joaquim Raminhos foi destituído do cargo de Coordenador da Universidade Sénior da Moita.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Respondendo ao membro Rui Guerra, o que tem conhecimento é aquilo que é público, cessou uma colaboração gratuita de Coordenador Pedagógico com a Universidade Sénior, que é uma entidade pública da Câmara, criada pela Câmara. Houve unilateralmente alguém que tomou uma decisão. O que pode dizer e que toda a gente tem a mesma opinião sobre o Prof. Joaquim Raminhos é que é uma pessoa competente, é uma pessoa altruísta, uma pessoa que colabora, muito interventiva, muito dinâmico. Também ficou surpreendido, mas são assuntos que não lhe dizem respeito.

Respondendo ao membro Rosa Paula Marques, o Executivos da Moita decide como entender. o Executivo de Alhos Vedros também. Este Executivo tem desde o início do mandato, uma parceria com o Intermarché no fornecimento de chocolates. Em relação às outras lembranças, compram onde o Executivo anterior comprava, à Audicor.

Em relação ao parque dos Brejos Faria, não se deve tirar conclusões por fotografias e fazer considerações por fotografias sem ver objetivamente o que é que está no local. Foram colocados bancos novos, mesas novas, pintados muros, redes novas, equipamentos de fitness novos mais bancos junto aos equipamentos de fitness, equipamentos de parque infantil, um piso que custou 5000 €. Aquela zona levou quatro investimentos diferentes e muitos meses de trabalho. Em relação ao vídeo do Comércio local foram recolhidas mais imagens e também tem imagens de 2021 e 2022, não há problema nenhum. O objetivo foi muito concreto e muito claro e o foco foi apelar à população para comprar no comércio local.

Não havendo mais intervenções por parte da Assembleia, a Presidente da Mesa deu por finalizado o último ponto da Ordem do Dia, passando, de imediato, à leitura da minuta da ata.

Depois de pequenas correções, a minuta da ata, foi posta à aprovação.

A Minuta da Ata foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão pelas 00 horas e 15 minutos, do dia 10 de dezembro de 2024.

A presente ata será colocada à discussão e aprovação pelos membros da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros e será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia de Freguesia após aprovação.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

Presidente: Mabuela Filipe

1º Secretário: Cândido Fernandes Carneiro São Paulo

2º Secretário: Maria Paula Diogo



BANCADA SOCIALISTA NA ASSEMBLEIA FREGUESIA DE ALHOS VEDROS

Recomendação

Recomendação para Promoção e Apoio ao Comércio Local e Tradicional de Alhos Vedros

O comércio local e tradicional de Alhos Vedros é uma peça fundamental para a vitalidade económica, cultural e social da nossa freguesia. É através destas pequenas e médias empresas que se cria emprego local, se promovem relações de proximidade e se dinamizam os espaços públicos, fortalecendo o sentido de comunidade. No entanto, o comércio local enfrenta desafios crescentes, e a época Natalícia que se avizinha é sem dúvida um momento relevante e preponderante para os pequenos comércios, lojas e serviços de proximidade à população de Alhos Vedros.

Reconhecendo a importância de proteger, revitalizar e promover o comércio de proximidade, urge a adoção de medidas concretas para apoiar estes estabelecimentos e incentivar a população a fazer as suas compras localmente.

Considerando que:

1. O comércio local contribui significativamente para a economia da freguesia, criando postos de trabalho e promovendo a circulação de rendimentos na comunidade;
2. As pequenas empresas enfrentam dificuldades em se manter em funcionamento, muitas vezes devido a recursos limitados para promoção e modernização;
3. O apoio ao comércio local é essencial para manter a identidade cultural e social de Alhos Vedros, preservando o espírito comunitário e o acesso a produtos e serviços de proximidade;
4. Há uma crescente necessidade de práticas de consumo mais sustentáveis, reduzindo as emissões de carbono associadas a deslocações longas e priorizando cadeias de abastecimento locais;

Propõe-se à Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros que recomende:

A todos os habitantes de Alhos Vedros a efetuarem as suas compras no comércio local, reconhecendo que cada euro gasto nas lojas da freguesia tem um impacto direto na economia, na qualidade de vida e no futuro da nossa comunidade.

Com esta recomendação, reafirmamos o nosso compromisso em valorizar e apoiar os comerciantes de Alhos Vedros, promovendo um modelo económico mais justo, sustentável e próximo das pessoas.

Alhos Vedros 9 de dezembro de 2024

A Bancada do Partido Socialista de Alhos Vedros

~~Resposta às acusações infundadas e alegações de desonestidade política.~~

SEC. DEFESA DAVRA.

Caros Membros da Assembleia de Freguesia e população de Alhos Vedros,

Perante as recentes críticas desrespeitosas e irresponsáveis assim como falsas, divulgadas pelos eleitos da CDU na última Assembleia de Freguesia, que trazem uma série de acusações infundadas e distorções da realidade, sobre os eleitos do PS, consideramos ser necessário repor a verdade e esclarecer os factos com transparência e responsabilidade.

Em primeiro lugar, é lamentável que os representantes da CDU escolham fazer da política local um palco de ataques pessoais e insultos, em vez de se focarem em construir soluções e trabalhar de forma positiva pelo bem da nossa comunidade. A política deve ser feita com respeito, seriedade e compromisso com a verdade — e não com malabarismos verbais e narrativas falaciosas.

Na política não vale tudo e as verdades e os factos têm de ser repostos, sob condição de se instituir falsidades e inverdades inaceitáveis e injustificáveis. A senhora Rosa Paula Marques não foi excluída do executivo, mas sim, solicitou a renúncia ao seu mandato no executivo por motivos pessoais e de doença, não lhe tendo sido solicitado atestado médico ou justificação médica. A senhora Irina Cardoso nunca foi membro da Assembleia como foi referido, não foi eleita, nem pertencia á Assembleia, nem poderia solicitar a renúncia de algo que não tinha como foi referido, era em boa verdade, substituta da Assembleia de Freguesia na ausência de algum membro. Os senhores Fábio Silvano, Paulo Sérgio Pereira e Ana Cristina Rosado não desistiram dos cargos para os quais foram eleitos como foi referido, porque simplesmente não foram eleitos, eram sim substitutos dos 6 mandatos dos eleitos da lista do PS, portanto também não poderiam renunciar um mandato que não tinham, porque a população não os elegeu, nem lhes atribuiu qualquer mandato.

Fica assim provada a incapacidade e desconhecimento de quem redigiu o documento da CDU, simplesmente a mais básica ignorância, e desconhecimento das leis, da legitimidade democrática dos eleitos e não eleitos no processo eleitoral, e mais grave a qualificação de determinados factos, que não correspondem á realidade e deturpam o que aconteceu. Aqui fazia falta exercer o direito ao contraditório, e era imperativo repor a verdade, assim como esclarecer a população sobre a forma de estar da CDU neste mandato em Alhos Vedros.

Neste mandato os eleitos da CDU nada de positivo ou construtivo trouxeram a nossa freguesia, pelo contrário, sempre utilizaram o seu direito legítimo de voto, para obstruir ou impedir o trabalho do executivo eleito pela população, como foram os votos contra do Orçamento 2024, contra as atividades e comemorações do 25 de Abril, os apoios extraordinários ao movimento Associativo para atividades do 50.º aniversário dos 25 de Abril, contra a aquisição de uma nova carrinha de serviços quando tinham emprestado a antiga durante 8/9 anos à Freguesia da Baixa da Banheira, assim como contra a cabimentação orçamental da adjudicação dos procedimentos concursais para regularização de trabalho precário deixado durante anos pela própria CDU em Alhos vedros. Não deixa de ser ridículo tentar justificar o contrário, dizendo que apresentaram declaração de voto, como se isso mudasse o voto contra na votação da deliberação.

Sobre a alegada instabilidade na Junta de Freguesia, as mudanças no executivo da Junta de Freguesia e na Mesa da Assembleia, apontadas pela CDU como sinal de desorganização, são, na verdade, parte dos processos naturais e democráticos que ocorrem em qualquer órgão executivo ou Assembleia. A participação em cargos públicos exige por vezes mudanças devido a circunstâncias pessoais, profissionais ou de divergências legítimas, ausência de compromisso ou lealdade à implementação do programa eleitoral do PS, no entanto, as alterações foram sempre feitas dentro da legalidade e com total transparência. Nenhuma destas mudanças afetou o bom funcionamento da Junta, as deliberações aprovadas em Assembleia, ou o nosso trabalho, dedicação, resiliência no superior interesse da população de Alhos Vedros.

A questão da paridade, relativamente à acusação sobre a constituição inicial da Mesa da Assembleia e executivo não cumprirem a lei da paridade, essas situações foram imediatamente identificadas e corrigidas dentro dos prazos estabelecidos. A Junta de Freguesia de Alhos Vedros, cumpre rigorosamente a legislação em vigor e sempre agirá de acordo com os valores da igualdade e da representatividade.

Acusações de desonestidade política, as acusações de “malabarismos” e “truques políticos” são falsas e ofensivas. A suspensão temporária da vogal Paula Cristina Amorim, seguiu os trâmites legais, exercendo a mesma, direitos legítimos e legais, pessoais e profissionais, não teve qualquer intenção de manipular ou impedir a participação de qualquer membro substituto do mandato da própria Paula Amorim na Assembleia de Freguesia, mandato este, atribuído pela população nas eleições para a Assembleia de Freguesia. Todos os nossos atos foram e continuarão a ser pautados pelo cumprimento da lei, legitimidade, integridade e pelo respeito às instituições democráticas, assim como executando o superior interesse da população de Alhos Vedros. O funcionamento do executivo da Junta de Freguesia, será sempre feito de forma transparente e em prol do bem comum, ao contrário do que a CDU sugere com as suas insinuações falsas. Este executivo do Partido Socialista cumpre rigorosamente a lei e faz uma gestão responsável e rigorosa, ao contrário dos executivos da CDU nos últimos 2 mandatos que cometeram várias irregularidades, má gestão, prejudicando Alhos Vedros em milhares de euros, assim como não cumpriram a legislação do Código da Contratação Pública em algumas adjudicações, ausência de deliberações em vários processos e emitiram vários Atestados de Residência irregulares.

Sobre a saída de membros do PS, lamentamos que alguns membros da lista do PS, tenham decidido renunciar a ser substitutos nos mandatos da Assembleia dos vogais que foram eleitos para o executivo, mas respeitamos as suas decisões individuais. A diversidade de opiniões é uma parte importante da democracia, e a sua saída reflete apenas diferenças naturais de visão política e de prioridades. No entanto, é fundamental sublinhar que estas renúncias não comprometem o trabalho contínuo e responsável do atual executivo, que permanece comprometido em implementar o programa eleitoral do PS à Freguesia de Alhos Vedros, vencedor das eleições 2021, com os projetos em curso e com a melhoria da qualidade de vida na nossa freguesia.

O nosso compromisso é com Alhos Vedros, ao contrário do que tenta transmitir a CDU, o executivo da Junta de Freguesia tem trabalhado arduamente e com dedicação para gerir os interesses da nossa comunidade de forma justa e equilibrada. Projetos de melhoria de infraestruturas, apoio social, cultura e desporto, assim como a saúde e educação têm sido implementados e terão continuidade, independentemente dos ataques maliciosos que recebemos.

A nossa prioridade é, e sempre será, servir a população de Alhos Vedros, garantindo que a nossa freguesia continue a evoluir e que as necessidades dos nossos fregueses sejam atendidas. A política não deve ser um espaço de acusações vazias e de tentativas de enfraquecer quem trabalha, mas sim de colaboração e de construção de um futuro melhor para todos, que infelizmente não têm acontecido com quem perdeu as eleições.

Pedimos aos nossos fregueses que não se deixem enganar por estas narrativas populistas e divisionistas, e que julguem o nosso trabalho pelos resultados alcançados — e não pelas palavras vazias dos nossos opositores.

Estamos e continuaremos aqui, a trabalhar com seriedade, integridade e transparência por Alhos Vedros.

O Executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros

Alhos Vedros 9 de dezembro de 2024

Declaração de Defesa da Honra

Eu, Paula Cristina Amorim, na qualidade de vogal do executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, venho por este meio repudiar e clarificar as acusações infundadas que foram proferidas contra a minha conduta e o meu trabalho no âmbito das minhas funções, na última Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros.

Recentemente, fui alvo de comentários que afirmam, sem qualquer fundamento, que durante os meus mandatos recorri a “truques e malabarismos” para alcançar determinados objetivos. Estas insinuações são não só injustas, como profundamente ofensivas para a minha integridade pessoal e profissional. Como sempre tenho defendido, a transparência, a ética e o respeito pelas normas institucionais são princípios basilares que guiam o meu desempenho enquanto representante pública.

É importante sublinhar que as decisões e ações tomadas no exercício das minhas funções foram, em todo momento, realizadas de acordo com os regulamentos vigentes e com a mais estrita legalidade. Qualquer tentativa de distorcer os factos, atribuindo-me comportamentos duvidosos ou manipuladores, não passa de uma tentativa clara de descredibilizar o trabalho sério e honesto que tenho desenvolvido em prol da comunidade e dos cidadãos que represento.

As alegações feitas contra mim são não só desprovidas de prova, como atentam contra a minha honra e o bom nome da instituição que orgulhosamente sirvo. Estou plenamente disponível para que todos os atos da minha atuação sejam escrutinados, uma vez que não tenho nada a esconder. A verdade estará sempre do meu lado.

Por tudo isto, reitero o meu compromisso com os valores da ética e da responsabilidade pública, e reafirmo que não permitirei que a minha honra seja manchada por declarações que apenas visam a difamação e a criação de ruído injustificado.

Amorim
Conto com o apoio dos meus colegas do executivo e da comunidade para que este tipo de comentários desrespeitosos e sem fundamento não impeçam o bom funcionamento da nossa instituição e não distraiam o foco do verdadeiro objetivo do nosso trabalho: o bem comum e o serviço público a Alhos Vedros.

Assim, exijo que o meu nome seja retirado da declaração política ou que a mesma seja removida das redes sociais do PCP, exijo também uma retratação pública por parte de quem proferiu tais alegações, e reservo-me ao direito de recorrer aos meios legais adequados para a defesa do meu bom nome, caso tal não venha a acontecer.

Paula Cristina Amorim

Vogal do executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, 9 Dez 2024

Declaração Política

A CDU condena o processo levado a cabo pelo executivo PS desde que foi eleito em 2021, nas reuniões de direito de oposição.

As mesmas foram realizadas ao longo destes anos sem documentação de apoio, baseadas em apenas propostas verbais e outras que foram de apenas recolha de propostas, em que os eleitos da CDU e o Partido Comunista Português sempre participaram, como é o seu dever democrático e como força eleita na assembleia de freguesia.

Lembramos que todas as forças políticas foram eleitas democraticamente para esta Assembleia de freguesia e que isso não deve ser esquecido, todos os processos devem respeitar a Democracia e o seu processo democrático, por isso não podemos ignorar que o mesmo não foi respeitado durante estes anos pelo executivo PS.

Não podemos esquecer como no último ano, o chumbo do orçamento e das grandes opções do plano, e o voto contra mantido na sessão seguinte por esta bancada, apesar do documento ter sofrido pequenas alterações foi alvo de ataque político por este executivo inclusivé em páginas institucionais das rede sociais, achamos que o executivo em funções têm dificuldades em aceitar correções e críticas aos seus procedimentos.

A CDU como força democraticamente eleita afirma que o seu trabalho é em prol da Democracia e todos os Alhosvedrenses.

A Bancada da CDU 09/12/2024

Declaração Voto GOPs e Orçamento 2025

O PS vota a favor das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento da Freguesia para 2025, porque é uma sequência legítima e um direito democrático de implementação do seu programa político por via do orçamento e opções políticas para recuperar e melhorar a qualidade de vida da população de Alhos Vedros. As GOPs e Orçamento para 2025 são as ferramentas normais de gestão para dar continuidade a um trabalho de sucesso e melhorias para o futuro de Alhos Vedros.

Ao se votar legitimamente contra as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento de uma Freguesia, tal voto implica a rejeição de todas as medidas e cabimentações orçamentais previstas nesses documentos. As GOP e o Orçamento representam uma visão integrada e coerente para a gestão dos recursos e prioridades da freguesia, sendo o seu voto um ato decisivo de apoio ou rejeição ao conjunto dessas propostas.

A apresentação de uma declaração de voto não tem o poder de alterar o sentido do voto expresso na deliberação final. Embora tal declaração possa clarificar as razões para o voto contra ou fornecer um enquadramento adicional, a sua função é meramente explicativa e não modifica o efeito jurídico do voto registado. Ou seja, um voto contra permanece, de forma inequívoca, uma rejeição das políticas e medidas orçamentais contidas nos documentos aprovados, não havendo qualquer segmentação ou aceitação parcial de algumas medidas.

Quem vota contra as GOPs e o Orçamento está a expressar uma discordância integral com a visão apresentada para o exercício financeiro e estratégico da freguesia, incluindo todas as prioridades e os recursos destinados às diversas áreas de intervenção. Pretender separar algumas medidas ou cabimentações orçamentais como sendo aceitáveis enquanto se rejeita o todo é um exercício inconsequente e contraditório. A deliberação aprova ou reprovava o conjunto das propostas, sem margem para fragmentação.

Neste sentido, justificar um voto contra através de uma declaração de voto, por mais detalhada que seja, não altera o facto de que esse voto representa a oposição global ao planeamento e à afetação de recursos para o ano em questão. É, portanto, ridículo e falacioso tentar invocar tal declaração como uma atenuante ou como uma aceitação parcial das medidas propostas.

Alhos Vedros 9 de dezembro de 2024

A Bancada do Partido Socialista de Alhos Vedros



BANCADA SOCIALISTA NA ASSEMBLEIA FREGUESIA DE ALHOS VEDROS

Declaração Voto 3º Ponto

Mapa de Pessoal

Declaração de Voto a Favor sobre a Deliberação do Mapa de Pessoal

A aprovação do presente mapa de pessoal representa um marco importante para a valorização e estabilidade dos trabalhadores operacionais da autarquia. Após 7/8 anos em que a existência de trabalho precário nesta autarquia era recorrente, vários trabalhadores estão em vias de ver os seus legítimos direitos assegurados, com a realização de um procedimento concursal que lhes possibilita e viabiliza a obtenção de um vínculo público permanente, estes trabalhadores veem a curto prazo, finalmente, regularizadas as suas situações profissionais.

Este passo traduz-se não apenas no cumprimento de um compromisso assumido, além da resolução de mais um problema, mas também na reposição da mais elementar justiça, reconhecendo o contributo indispensável destes profissionais para o funcionamento da autarquia e para a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Após vários anos de gestão da CDU, em que existiam vários trabalhadores em situação de precaridade e os vários programas eleitorais com posições políticas sobre estas injustiças, em Alhos Vedros nada fizeram para regularização das situações dos nossos trabalhadores em condições de precaridade, inclusivamente votaram contra as GOPs e Orçamento 2024 que cabimentava verbas para execução desta pretensão e emitiram considerações e comentários desrespeitosos e injustos em que o Orçamento 2024 em execução, continha erros técnicos com as verbas dos trabalhadores e responsabilidades sociais.

Por estas razões, o PS votou a favor, reafirmando o nosso compromisso com a valorização, respeito e estabilidade dos trabalhadores, pilares fundamentais de uma administração pública digna e eficiente.

Alhos Vedros 9 de dezembro de 2024

A Bancada do Partido Socialista de Alhos Vedros